



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO02>

## **Trotes na universidade e violência de gênero: uma revisão integrativa de literatura**

*Hazing at the university and gender violence: a literature integrative review*

*Novatadas en la universidad y violencia de género: una revisión integradora de la literatura*

---

Adriane Roso

<https://orcid.org/0000-0001-7471-133X>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), [adriane.roso@ufsm.br](mailto:adriane.roso@ufsm.br)

Janine Gudolle de Souza

<https://orcid.org/0000-0002-6477-4190>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), [gudolle.janine@gmail.com](mailto:gudolle.janine@gmail.com)

Maria Luiza Leal Pacheco

<https://orcid.org/0000-0002-5875-5778>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), [malulp21@gmail.com](mailto:malulp21@gmail.com)

Catiele dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-1900-0735>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), [cati92sw@gmail.com](mailto:cati92sw@gmail.com)

---

### **Resumo**

A pesquisa foca nos ritos de iniciação dos calouros nas universidades (trote) brasileiras, com o intuito de compreender as origens históricas do trote e seus significados, tornar evidente as violências de gênero e identificar as intervenções propostas. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio da busca por artigos publicados em revistas brasileiras revisadas por pares. Ficou saliente que a recepção dos calouros é sustentada e engendrada por inequidades de gênero. Conclui-se que há necessidade de envolvimento da comunidade em reflexões éticas e na criação de políticas sobre o trote.

**Palavras-chave:** Trote; Universidade; Feminismo; Violência.

### **Abstract**

*The research focuses on the initiation rites of freshmen at Brazilian universities (hazing), in order to understand the historical origins of hazing and their meanings, make gender violence evident and identify the interventions proposed. It is an integrative literature review, carried out by searching for articles published in Brazilian peer-reviewed journals. It was emphasized that the welcoming of freshmen is sustained and engendered by gender inequities. It was concluded that there is a need for community engagement in ethical reflections and in creating policies about hazing.*

**Keywords:** Hazing; University; Feminism; Violence.

### **Resumen**

*La investigación se centra en los ritos de iniciación de los estudiantes de primer año en las universidades brasileñas (novatadas), para comprender los orígenes históricos de las novatadas y sus significados, hacer evidente la violencia de género e identificar las intervenciones propuestas. Es una revisión de literatura integradora, realizada mediante la búsqueda de artículos publicados en revistas brasileñas revisadas por expertos. Se enfatizó que la recepción de estudiantes de primer año es apoyada y engendrada por las desigualdades de género. Se concluye que existe una necesidad de participación de la comunidad en las reflexiones éticas y en la creación de políticas sobre novatadas.*

**Palabras clave:** Novatadas; Universidad; Feminismo; Violencia.

## **Introdução**

Trote. As palavras andam a trotes, pois têm diferentes significados, elas não são lineares e nem sempre são suaves. O trote pode se referir ao andamento das cavalgadas e até mesmo de humanos, entre o passo ordinário e o galope. O trote também pode significar troça, flauteio, zombaria, intriga, brincadeiras desagradáveis dos veteranos estudantis para com os calouros (c.f., Michaelis, 2020). Em cada contexto social, essas condutas são apreendidas e expressas em consonância com especificidades características do meio, cumprindo uma função cultural e colocando em evidência como se perpetuam as relações entre a pessoa que empreende ou ensina o trote.

Apesar de tantos significados, nesse artigo pretendemos abordar como o trote ocorre no contexto universitário, local onde, muitas vezes, a hostilidade resulta em fatalidades, como o caso de um estudante de medicina da Universidade de São Paulo (USP) que, em 1999, faleceu no trote de sua turma<sup>1</sup>, mobilizando ações e publicações acerca do assunto. Alguns anos mais tarde, em 2014, nesta mesma universidade e no mesmo curso, houve denúncias e uma quebra de silêncio diante de diversas violências presentes nos trotes, nas festas e no cotidiano acadêmico.

Embora existam muitas mobilizações e debates em torno de tal problemática, os trotes ainda são realizados de maneira violenta, uma vez que acabam sendo a mera imposição de estruturas hierárquicas antigas e tradicionais entre os gêneros e raças (Almeida, 2017). Em relação às hierarquias tradicionais de gênero, Bandeira (2017) salienta que em virtude do ingresso significativo de mulheres nas universidades, os comportamentos e atitudes dos homens mudam nas relações de gênero, à medida que a presença delas passou a implicar o compartilhamento dos cursos, os ambientes universitários e a circulação pelo campus. Logo, segundo a autora, a presença das jovens universitárias acaba por colocar em questão a hegemonia masculina, tanto pelo bom desempenho que evidenciam, quanto pela autonomia que elas detêm, seja pela condição de atuais e/ou futuras competidoras no mercado de trabalho.

No entendimento de Bandeira (2017), as medidas para a erradicação das práticas violentas presentes nos trotes permanecem insuficientes, posto que continuam sendo perpetuadas por meio de humilhações, violências e de preconceitos que degradam a

---

<sup>1</sup> Os trotes com mortes são mais antigos no Brasil do que nos Estados Unidos, onde as universidades são muito mais antigas. O primeiro trote universitário com morte noticiado no Brasil ocorreu em 1831, na Faculdade de Direito de Olinda, Pernambuco (Nadai, 2019). Nos Estados Unidos, os registros de morte por trote remontam ao ano de 1838 (Nuwer, 2015).

convivência universitária e inviabilizam uma sociabilidade sadia entre os estudantes. Ainda de acordo com a autora, o que mais se destaca é a centralidade na sexualização das jovens, por meio da qual o corpo feminino passa a ser objeto de desejo para o escárnio.

No que se refere à etnia e estruturas hierárquicas presentes no trote, a pesquisa de Allan, Kerschner e Payne (2018) mostrou a “relação significativa entre raça e atitudes em relação ao trote e percepções de trote” (p. 11). Contudo, as percepções relativas ao trote contêm especificidades, tais como o contexto e classe social de origem, experiências anteriores, condições físicas e psíquicas, entre outras. Dentre essas especificidades, não há como desconsiderar a discriminação e o preconceito históricos sofridos pelos negros, bem como a sua inserção tardia e desigual no ambiente universitário, enquanto fatores que podem interferir nos sentidos atribuídos à prática e à experiência do trote. Além disso, o trote costuma envolver “consumo arriscado de bebidas alcoólicas, isolamento social, servidão pessoal e humilhação” (Allan, Kerschner, & Payne, 2018, p. 14).

Nessa perspectiva, este artigo busca compreender os sentidos e as funções do trote universitário para a sociedade brasileira. Particularmente, pretende-se compreender as origens históricas do trote e seus significados, sinalizar como se dão as violências de gênero nos trotes e identificar as intervenções propostas pelos estudiosos do tema a partir de uma revisão integrativa de artigos publicados em revistas científicas brasileiras.

### **Método**

Este estudo consiste em uma parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Vidas Precárias no Ciber mundo - Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos” aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que tem como objetivo compreender e traduzir as múltiplas experiências das pessoas e instituições, relacionadas a diversas formas de expressão das violências cotidianas. O presente artigo adensa os resultados do projeto maior, abordando um modo de violência específica e recorrente, no caso, a violência nos trotes universitários.

### **Tipo de Estudo e Procedimentos**

Trata-se de uma revisão integrativa de artigos publicados em revistas científicas acerca dos trotes universitários no contexto brasileiro. A realização do estudo utilizou-se

do método de revisão integrativa da literatura (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008; Whitemore & Kathleen, 2005), com o intuito de auxiliar no processo de sistematização da análise dos resultados, objetivando a compreensão de determinado tema por meio de estudos anteriores.

Para isso, são elencadas algumas etapas para a construção desse tipo de revisão, baseadas em outros estudos de revisão integrativa (Vasques, Portuguese, Radaelli, & Gomes, 2018): (a) identificação da questão de pesquisa (“quais os sentidos e as funções do trote universitário abordados na literatura?”), (b) extração em um banco de dados de artigos sobre a temática de pesquisa, (c) leitura e avaliação dos artigos e (d) construção de categorias de análise e integração dos conteúdos dos artigos.

### **Procedimentos para a Extração das Informações e Construção do *Corpus* de Pesquisa**

A revisão integrativa ocorreu em duas etapas. A primeira etapa desta revisão (em 28 de janeiro de 2020) envolveu uma busca sistematizada de artigos sem especificar o período de publicação, no Portal de Periódicos da CAPES. A decisão por não ter sido estabelecido um período de tempo específico se deve ao fato de, até onde foi possível avaliar, há escassez de produção brasileira sobre o assunto. Foram utilizados os seguintes descritores: “trote” OR “recepção aos calouros” OR “recepção ao estudante”, nos idiomas Português, Inglês e Espanhol. Foram excluídos da análise livros, capítulos, dissertações, teses, resumos, cartas, resenhas, notícias e artigos que apresentassem a temática distante da proposta pela revisão ou que não contribuísse para responder à questão norteadora.

Uma segunda etapa (em 05 de março de 2020) ocorreu com a busca de mais artigos que se somassem aos estudos já encontrados no Portal de Periódicos da CAPES. Para este fim, foi realizada uma busca na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se dos descritores “trote” AND “universidade”, “trote universitário”, sendo que em ambos os portais foram elencados os idiomas Português, Inglês e Espanhol e uma busca somente por artigos revisados por pares. Nas duas etapas do processo de seleção dos artigos, inicialmente, foram analisados os títulos e resumos para seleção de estudos potencialmente elegíveis para, posteriormente, serem lidos na íntegra.

## **Resultados**

O resultado inicial do Portal de Periódicos da CAPES foi de 1.021 documentos. Com base nos critérios de inclusão (artigos revisados por pares; idiomas inglês, português e espanhol) e exclusão (áreas Medicina Veterinária, Agricultura, Animais, Zoologia, Biologia, Química, Exercício, Atividade Física, Anatomia e Engenharia), o total de estudos foi de 376. Foram excluídas tais áreas, pois ao pesquisar sobre “trote”, muitos artigos traziam a conotação do trotar de cavalos, ou ainda do trote enquanto forma de corrida realizada em atividades físicas. Após a utilização dos filtros e leitura dos títulos e resumos, obteve-se 26 artigos. Destes, 2 foram excluídos: um por ser duplicado e outro por não tratar da temática estudada. Ao final, obteve-se 24 artigos completos para serem lidos na integralidade e avaliados. Os estudos foram organizados por ordem alfabética por meio da ferramenta Google Drive®.

Em relação às outras bases de dados pesquisadas, obtivemos no SciELO 29 estudos, dos quais 07 foram incluídos e 22 excluídos, 04 por não tratarem da temática estudada e 17 por serem duplicados. Junto à BVS, foram obtidos 71 artigos, sendo que 03 foram incluídos para a análise e 68 excluídos, à medida que 48 deles não correspondiam ao assunto abordado e 20 estudos constituíam estudos duplicados. A amostra final submetida à análise foi composta por 34 artigos: Akerman, Conchão, Boaretto, Fonseca e Pinhal (2012); Akerman, Scalisa e Akerman (2015); Albanaes, Bardagi, Luca e Girelli (2014); Antipoff (1964); Caixeta e Sousa (2013); Coltro (1999); Costa, Dias, Dias, Souza e Canela (2013); Damiano, Santos, Pereira e Santos (2015); Estanque (2017); Farina Júnior et al. (2018); Ferreira (2017); Finkler, Caetano e Ramos (2013); Giarola (1999); Godinho et al. (2018); Graner e Cerqueira (2019); Jorge Filho (2014); Lima (2012); Lima et al. (2017); Lunardi (1999); Marin, Araújo e Espin Neto (2008); Martins (1999); Menezes et al. (2017); Moreno e Soares (2014); Novelli (1999); Panúncio-Pinto, Alpes e Colares (2019); Ribeiro (1999); Segre (1999); Siqueira, Fonseca, Sá e Lima (2012); Tommasino e Jeolás (2000); Vegini, Ramos e Finkler (2019); Villaça e Palácios (2010); Warth e Lisboa (1999); Zuin (2002) e Zuin (2011).

Os artigos foram relidos e seus conteúdos foram classificados de acordo com os objetivos da investigação e com as perguntas norteadoras deste estudo. Dessa forma, o conteúdo dos artigos foi classificado em: (a) origens das práticas do trote universitário e

seus significados históricos; (b) aspectos culturais, socioeconômicos e de gênero envolvidos na prática do trote e (c) intervenções e novas perspectivas em relação ao trote.

## **Análise Integrativa e Discussão dos Resultados**

### **Origens das práticas do trote universitário e seus significados históricos**

Pode-se pensar que o início dos trotes acadêmicos está entrelaçado com as origens da criação das universidades (Lima, 2012; Marin, Araújo, & Espin Neto, 2008; Zuin, 2011). Os trotes universitários surgiram basicamente no período medieval, pois se trata de um fenômeno específico das instituições de ensino superior, que surgiram na Idade Média (Coltro, 1999; Marin et al., 2008; Zuin, 2011). No período da Idade Média, ingressar em uma universidade significava ascensão social (Coltro, 1999; Tommasino & Jeolás, 2000). Tanto a burguesia quanto os camponeses buscavam as instituições com o desejo de adquirir um novo *status* social, porém o tratamento era diferenciado entre os estudantes. Havia um desprezo e uma discriminação com camponeses e com aspectos do mundo rural. Desta forma, restava o trote aos camponeses que eram julgados rústicos e selvagens (Coltro, 1999).

Relatos datados do século XII já contavam a ocorrência de trotes com passagens de violência física e cobrança de bens materiais por parte dos veteranos. Existem poucas menções a coibições oficiais, com o objetivo de proibir os excessos e conter a violência. Percebe-se, nessas exposições, o reconhecimento de uma purgação imposta aos calouros pelos veteranos, com três fases bem distintas: um ritual de recepção, um período de servidão e uma emancipação (Warth & Lisboa, 1999). Os trotes podem ser considerados também rituais de iniciação que fazem parte de diferentes contextos históricos, existindo justamente para distinguir grupos, impor uma hierarquia (Antipoff, 1964) e diferenciar os valores sociais. Os trotes eram considerados cerimônias de purgação dos calouros nas primeiras universidades da Europa (Marin et al., 2008). Registros antigos de 1481 mostram conversas sobre o cotidiano da vida estudantil na Alemanha, sendo possível retratar calouro e veterano dialogando acerca de proavações necessárias para integração à vida acadêmica (Lima et al., 2017).

O termo trote, segundo aponta Jorge Filho (2014), tem um simbolismo interessante, uma vez que se refere a uma forma de movimentação dos cavalos, entre o

passo e o galope, constituindo algo a ser aprendido, em muitos casos mediante chicote e espora. O autor relata que é dessa forma que o calouro é interpretado, aquele que deve ser “domesticado”, ensinado. Vegini, Ramos e Finkler (2019) corroboram com essa ideia afirmando que esse rito de passagem está associado ao assédio moral e ao *bullying*, a atos negativos ou agressivos, que se fazem presentes por meio da intencionalidade e desigualdade de poder entre a vítima e o perpetrador do *bullying*.

Entretanto, há necessidade de serem diferenciadas as práticas de *bullying* e trote. No entendimento de Campo, Poulos e Sipple (2005), o trote refere-se à “qualquer atividade requerida implícita ou explicitamente como condição de iniciação ou de contínua participação de uma dada organização, que talvez traga impactos negativos sobre o bem-estar físico e psíquico de um indivíduo ou talvez cause danos a outros” (p. 140). Por sua vez, o *bullying* diz respeito ao(s) comportamento(s) agressivo(s) ou “com a intenção de ‘fazer-doer’, que ocorre repetidamente ao longo do tempo e presente numa relação interpessoal de desequilíbrio de poder” (Villaça & Palácios, 2010, p. 507). Assim, ainda que ambas as práticas possam ser violentas, enquanto o trote costuma compor o campo experiencial do sujeito usualmente apenas uma vez em sua vida, o *bullying* pode persistir e vincar o sujeito repetidamente.

Não obstante, a violência e o *bullying* não são os únicos elementos presentes na prática do trote. Tommasino e Jeolás (2000) alertam para o fato de que a zombaria se configura como um importante aspecto desse rito. Afinal, nos rituais de inversão ou de rebelião, em sociedades tribais africanas, a zombaria é parte importante do processo, pois por meio dela e “do princípio da inversão, a ordem social é revertida, já que príncipes são despojados de suas roupas e proteções e perambulam pelas ruas como mendigos, ouvindo músicas desrespeitosas cantadas por seus súditos; mulheres assumem em público comportamentos próprios dos homens” (Tommasino & Jeolás, 2000, pp. 35-36). Desse modo, como destacam os autores, os membros destas sociedades ritualizam e explicitam conflitos e tensões latentes, expressões de desigualdades reais por eles vivenciadas.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, Zuin (2011) descreve que os registros do primeiro trote datam de 1831, praticado contra um estudante de Direito de Olinda - Pernambuco (PE). Os trotes no contexto brasileiro, no entendimento desse autor, constituem ritos de passagem que, em casos extremos, podem resultar em assassinatos, mutilações, humilhações e traumas psicológicos, pautando-se na justificativa das tradições. Além de Zuin (2002), Segre (1999), a partir da análise dos dados de sua



pesquisa, considera que o trote universitário é um rito de passagem, em que acontecem violências que são justificadas por estudantes como uma tradição que deve ser preservada.

Levando em conta esse caráter histórico do entendimento do trote, a pesquisa de Antipoff (1964), realizada no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), destaca que o trote pode ser considerado como um “cerimonial” oficializado. Investigando estudantes ingressantes na instituição, ele destaca tanto aspectos positivos, quanto negativos frente à prática do trote. O autor entende que o trote pode ter uma atitude de formação de caráter, um efeito regenerador para certos indivíduos, desenvolve o sentimento gregário e promove descoberta de aptidões e habilidades. Todavia, o estudo destaca alguns aspectos negativos: desgaste emocional, possibilidade de ser acometido de doença, insuficiência da ritmicidade de horas de sono, ansiedade, irritação, exigências exacerbadas e humilhação ao receber um apelido pejorativo.

Marin et al. (2008) argumentam que o trote tem por base três justificativas: a tradição, a brincadeira e integração. No entanto, os defensores da tradição como justificativa não sabem sequer conceituá-la, à medida que não há qualquer reflexão sobre a sua prática. Desse modo, para os autores, a afirmação de que o trote é uma brincadeira, um jogo, mostra-se falsa, pois, no caso do jogo, embora um dos participantes ganhe e o outro perca, o pressuposto é que ambos concordem com as regras. Entretanto, um jogo em que as normas são elaboradas para desfrute exclusivo do mais forte não é legítimo, sendo que o mais fraco deve protestar com veemência. Desse modo, defender o trote como prerrogativa para união entre os estudantes valida um discurso, de que esta prática é perfeitamente realizável, desde que todos se coloquem em seus devidos lugares (Marin et al., 2008).

Além disso, tomar o trote enquanto modalidade de integração possibilita o processo de naturalizar a cooperação com o trote, como aceitar as brincadeiras com o objetivo de ser aceito pelo grupo, remetendo a perspectiva de ser colaborativo como sendo a porta de entrada para o pertencimento e aceitação. A ideia de que os veteranos podem apoiar, cuidar, desde que seus calouros sejam passivos às brincadeiras e a recompensa seria uma forma de pertença como se os mais antigos pudessem “territorializar” os recém-chegados no espaço universitário (Vegini, Ramos, & Finkler, 2019). Ademais, o trote universitário enquanto um ritual não justifica a submissão de estudantes a situações de violência física e psicológica para se tornar um profissional melhor (Lima et al., 2017; Moreno & Soares, 2014; Vegini et al., 2019). Diante disso, torna-se importante levar em

conta as percepções de estudantes, posto que na pesquisa de Godinho et al. (2018) os resultados demonstram que a violência dentro do contexto universitário é perpetrada pelos próprios discentes e que a violência do tipo psicológica é a mais prevalente.

Embora esteja proibido por leis específicas em alguns dos estados do Brasil e possa, inclusive, ser enquadrado em uma série de artigos do Código Civil, a extinção do trote tem parecido impossível, na visão de Lima (2012). Impossível, nesse sentido, porque a proibição, e o que deve ser feito ou não acerca do trote, deve ser algo decidido em, e por, espaços coletivos, envolvendo as demais esferas universitárias, pois como afirma Ribeiro (1999), há necessidade de um debate aberto, entre a comunidade universitária e a sociedade. Deste modo, pensamos que a impossibilidade de proibir tal prática seria um indicativo do “descomprometimento” ou desinteresse das esferas universitárias (corpo docente, gerências e administração geral) em criar rituais de inserção (solidários, esportivos, comunitários, etc.) que sejam estabelecidos e implementados ativamente não apenas por eles mesmos, mas, pelos acadêmicos (veteranos, calouros e ex-alunos). Estes rituais seriam outras formas de “batismo”, mais saudáveis, integrativos e favorecedores de saúde mental e das relações que se estabelecem nesse universo.

Nessa perspectiva, desconsiderar a existência de não tratar o desrespeito, a invasão do espaço destinado ao outro e a humilhação como atos violentos, é naturalizar e justificar que o trote é algo aceitável. Tomar este caminho de naturalização, considerando o exposto por Martins (1999), configura um grande e perigoso equívoco. Para esta autora, ao olharmos para os relatos do passado e os estudos históricos podemos perceber formas de justificação de violência e também de exclusão, como exemplo temos a história de índios, negros, judeus, grupos políticos e diversos outros coletivos que sofreram e ainda sofrem violências, sendo desrespeitados, humilhados e excluídos. O que ocorre no trote não é algo distinto disso, trata-se de violência, exercício de poder de uns sobre os outros, coerção, o que torna claro desde o início quem naquele ambiente detém o poder (Martins, 1999).

Aliás, considerando não apenas a função do trote, mas as características de exclusão que permeiam o ingresso de estudantes nas universidades, é possível compreender que, para os que estão iniciando a vida universitária, o momento do trote represente um verdadeiro desabafo, catarse e expressão da pressão contida nos últimos

tempos. As “festas” que se seguem ganham nova proporção, tendo gerado, em alguns casos, excessos, violências e morte (Tommasino & Jeolás, 2000).

Um dos principais objetivos dos trotes universitários seria seu papel integrador entre calouros, aqueles que estão ingressando em um novo contexto educacional, e entre veteranos, que já estão vivenciando aquilo que novos estudantes irão experienciar ao longo do curso escolhido. No entanto, este papel integrador se perde em uma intensa naturalização de violências, humilhações, brincadeiras e chantagens, pois o “problema em torno do trote é que ele guarda, ainda hoje, as reminiscências do uso que dele faziam os nobres na Idade Média, tendo a função de destacar a diferença entre os ingressantes e os veteranos e não de integrá-los” (Lima, 2012, p. 408).

Dessa forma, as reflexões acerca da violência dentro do contexto universitário, e mais especificamente a que acontece na recepção aos calouros, deve ser pensada a partir de suas consequências, à medida que estar em situação de violência pode levar a dificuldades na formação acadêmica e à evasão (Panúncio-Pinto, Alpes, & Colares, 2019). Há, ainda, a necessidade de reflexão acerca do impacto de violências na formação profissional de estudantes, conforme refletem Finkler et al. (2012), ao argumentarem “como querer a formação de profissionais éticos, que busquem a realização de uma vida mais humana para todos, se a primeira lição que vivenciam nos cursos envolve o contrário disto?” (Finkler, Caetano, & Ramos, 2012, p. 988).

### **Aspectos culturais, socioeconômicos e de gênero envolvidos na prática do trote**

Considera-se, atualmente, que o perfil dos universitários vem mudando nos últimos anos, formando um grupo bastante heterogêneo e não mais elitizado, uma vez que progressivamente o acesso ao Ensino Superior foi democratizado por meio de políticas de ações afirmativas (Moreno & Soares, 2014). Desse modo, devido ao fato de que os estudantes que ingressam são de diferentes classes, gêneros e características, deve-se levar em conta a forma que o acadêmico será acolhido ao ingressar na universidade. Esse momento inicial constitui uma etapa de transição importante para os universitários (Albanaes, Bardagi, Luca, & Girelli, 2014), visto que apresentam diversas ideias e

crenças a respeito de como serão recebidos e como ocorrerá a prática do trote (Moreno & Soares, 2014).

A justificativa da prática do trote na tradição acadêmica, enquanto ritual, não modifica o fato de que ele pode se apresentar, em muitos casos, como uma violência (Segre, 1999). O autor traz exemplos de outras práticas justificadas como “culturais”: amputação do clitóris em certos grupos islâmicos, as práticas de emancipação de adolescentes em tribos indígenas, as humilhações impostas aos recrutas no exército. Tais práticas podem ser consideradas violentas, no entanto apresentam a certificação de ser "cultural" para continuar sendo mantidas (Segre, 1999). Por outro lado, para Ribeiro (1999) o problema não está no trote enquanto tal, mas nele enquanto um sintoma de algo mais amplo, que diz respeito a um processo de desumanização sistemática para lidar com o outro que sofre, no qual a cultura do trote figura apenas como a ponta do *iceberg*. O autor aponta que devem ser empreendidas punições pelas universidades e proibição de trotes violentos, mas que não é algo simples, diz da forma que vemos e lidamos com as relações humanas. A partir do exposto, percebe-se que desde o ano de 1999 já era debatido a respeito do assunto em função da preocupação com o significado latente desse tipo de violência que circulava nas relações entre universitários.

Em relação às características do trote, Lima et al. (2017) salientam não ter encontrado estudos que investigassem questões raciais e econômicas na universidade e sua relação com o trote. Todavia, os autores consideram que as ações afirmativas já implantadas em diversas universidades brasileiras nos últimos anos, com a entrada de alunos por cotas raciais ou por terem frequentado escolas públicas, modifiquem este cenário. Em conformidade com tais informações, Marin et al. (2008) sustentam não haver relação entre renda familiar e trote. Por outro lado, no entanto, no estudo realizado por Panúncio-Pinto et al. (2019) foi possível constatar que a violência devido à classe social está presente no contexto da universidade. Compreende-se, a partir dos autores, que essa violência nos trotes poderá estar interseccionada com questões de gênero e raça/etnia, aspecto que merece atenção em futuros estudos.

Constata-se que a maioria dos trotes violentos têm ocorrido em cursos cujo acesso é bastante competitivo, como as faculdades de medicina (Tommasino & Jeolás, 2000). O que se corrobora com os achados desta pesquisa, visto que foi encontrado um percentual significativo de estudos acerca da prática de trotes em faculdades e cursos de medicina (Akerman, Conchão, Boaretto, Fonseca, & Pinhal, 2012; Damiano, Santos, Pereira, &

Santos, 2015; Jorge Filho, 2014; Lima et al., 2017; Marin et al., 2008; Martins, 1999; Menezes et al., 2017; Villaça & Palácios, 2010; Warth & Lisboa, 1999). Na pesquisa desenvolvida por Lima et al. (2017) os dados obtidos demonstram que o trote se mostrou prevalente entre homens estudantes de Medicina e esteve associado, entre outros aspectos, à busca de serviços de saúde mental após entrar na instituição de ensino superior. Tal resultado de pesquisa dos autores indica um sofrimento psíquico significativo associado à situação de trote. Entendemos que essa situação se torna mais um agravante à saúde mental, já que, tradicionalmente, o curso de Medicina é um curso com grande demanda acadêmica, contribuindo de forma importante para o aumento do sofrimento dos acadêmicos. Inclusive, conforme salientam Conceição et al. (2019), a incidência de sofrimento mental entre os estudantes de medicina é maior do que na população em geral.

Embora os dados demonstrem que o trote configura uma forma de violência que independe do gênero, os homens parecem aplicar mais trote e, por outro lado, receberem menos práticas vindas das mulheres. Em relação à percepção relacionada a prática do trote violento, esta é considerada de leve a moderada pelos homens, enquanto é percebido como mais opressivo pelas mulheres. Contudo, apesar de a concepção difundida entre os homens seja de que a ação do trote possui função integradora, sendo reconhecida apenas como uma brincadeira, a opinião das mulheres é divergente, uma vez que concebem o trote como mais constrangedor (Lima et al., 2017; Marin et al., 2008).

Nesse viés, na prática do trote há um exercício de poder de uns sobre outros (Costa, Dias, Dias, Souza, & Canela, 2013), que também reflete outras formas de relações de poder presentes na nossa sociedade (Martins, 1999; Siqueira, Fonseca, Sá, & Lima, 2012), como as relações assimétricas de gênero. Desse modo, a relação entre calouro e veterano pode se ampliar, afetando e se deixando afetar por relações de gênero e de orientação sexual (Lima et al., 2017; Panúncio-Pinto et al., 2019). Ferreira (2017) aponta que há uma tendência de o trote ser tomado como algo da ordem de relações horizontais, não havendo diferenciação entre os gêneros neste ritual acadêmico. No entanto, a autora relata que não é dessa forma que o fenômeno se apresenta, pois os episódios acontecem justamente contra jovens mulheres estudantes.

Marin et al. (2008) também corroboram com essa visão, ao destacarem que o trote acontece de maneira diferente entre mulheres e homens, e que as diferenças presentes neste momento são explicadas pelos valores de gênero, como sendo aquilo que

concebemos por meio de nossas representações sobre o que é esperado de homens e mulheres. Dessa forma, há uma manutenção da hierarquia de gênero, visto que as mulheres sofrem mais constrangimento do que os homens. Corroborando com as autoras, Costa et al. (2013) perceberam nos resultados de sua pesquisa uma maior associação entre trote e violência pelas mulheres. A cumplicidade de todos com a masculinidade hegemônica, incluindo a prática de trote, demonstra a expressão cultural da dominação que coloca as mulheres numa posição de subordinação (Marin et al., 2008).

As expectativas criadas pelos veteranos sobre a participação dos calouros nestes rituais de iniciação à vida universitária quase sempre se baseiam em posturas de gênero que retificam as representações sexistas de papéis, as quais se impõem sobre a construção das autoimagens e representações sociais dos estudantes no decorrer de sua trajetória universitária (Ferreira, 2017). Zuin (2002) considera que é notável a carência de reconhecimento do trote como algo humilhante e agressivo entre as calouras mulheres, posto que a maioria delas desejou participar destas atividades de recepção, pois sentiu a importância destas brincadeiras consideradas por elas como inofensivas. O mesmo autor refere que a finalidade da participação dessas mulheres na recepção é marcar a aprovação em uma instituição de ensino superior, mesmo que às custas de uma humilhação coletiva.

O ritual de passagem promovido pelos veteranos aos calouros deveria ser uma proposta de acolhimento, recepção e integração dos universitários novatos, proposta esta atingida parcialmente, como ressaltam Vegini, Ramos e Finkler (2019), já que o trote assume duas polaridades distintas, uma relacionada às brincadeiras, integração e a outra ligada ao abuso de poder. Nas palavras das autoras, o trote está associado à ideia de violência física, moral e psicológica gerando desconfiança e temor, pois reforça situações de humilhação, à medida que alguns trotes apresentam situações não desejadas como ridicularização, discriminação, invasão, assédio, malícia e submissão. São feitas “brincadeiras” que leiloam os calouros por centavos para os veteranos, além de armar situações de constrangimento como pedir dinheiro na rua com o corpo sujo, bem como o uso de placas com apelidos pejorativos, sexistas e heteronormativos os colocando em posições de submissão.

A título de exemplo, o artigo de Antipoff (1964) descreveu algumas atividades realizadas, já na década de 1960, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). No local da pesquisa, diversos tipos de trotes com humilhação e manifestações de cunho sexistas eram realizados, tais como trotes coletivos (Trote do batismo, Futebol de 3 pernas,

Marcha dos bichos, Procura dos sapatos, Escolha e coroação de Miss ITA, dentre outros) e também trotes individuais, incluindo lavar bicicleta ou automóvel dos veteranos; acordá-los de manhã; engraxar sapatos; servir o veterano no restaurante da escola. Destaca-se que muitas atividades realizadas na época em que a pesquisa foi realizada pelo autor ainda permanecem atualmente, em maior ou menor grau, sendo que há uma persistência do sexismo nas práticas de recepção de calouros.

Tal persistência é destacada no estudo de Bandeira (2017), o qual descreve diferentes situações de trotes, bem como utiliza imagens de forma a tornar ainda mais concreta a visualização das práticas sexistas. Em uma das cenas trazidas, as mulheres estão deitadas de costas de forma que a posição evidencia algumas partes de seus corpos. Essa imagem é considerada grotesca pela autora, a qual salienta que a cena “indica a condição de passividade das estudantes servindo como instrumento de prazer masculino. Em outras palavras, se encontram deitadas, mandadas, enfim, em condição de subjugação feminina” (Bandeira, 2017, p. 59). Meneghel (2019) também compreende que os trotes têm sido utilizados especialmente para demonstrar discriminação em relação às mulheres e à população LGBT. A autora questiona se haveria um aumento da misoginia em decorrência do maior acesso das mulheres brasileiras à educação superior.

O ritual do trote pode ser entendido como uma tecnologia contemporânea de poder (Siqueira et al., 2012), apresentando uma conotação sexista que marca a diferença dos corpos entre homens e mulheres. Siqueira et al. (2012) apontam para a exposição maior dos corpos femininos associando-os à mercadoria e com mensagens explícitas de conotação sexual. As autoras exemplificam uma situação de um trote em uma universidade paulista onde a caloura estava com pouca roupa e com uma mensagem escrita em seu corpo (uma flecha apontada para suas partes íntimas dizendo: à venda). A jovem universitária estava na rua pedindo dinheiro para as festas promovidas pelo trote, com a finalidade de compra de bebidas alcoólicas. Sendo que nessas mesmas circunstâncias, as autoras descrevem que os corpos dos homens estavam sendo pintados como super-heróis, demonstrando a superioridade masculina. Parece evidente que o corpo das mulheres assume uma conotação mercantil e sexual bem maior que a dos homens mostrando relações instáveis, móveis, construindo um processo de normatização

que recai de forma mais substancial para o corpo das mulheres, o que também é destacado na pesquisa de Panúncio-Pinto et al. (2019).

Assim, a partir do exposto até aqui, reconhecemos que os trotes se dão de forma diferenciada entre os estudantes. Entendemos que todos aqueles que vivenciam um trote com caráter violento terão que lidar com as consequências disso. No entanto, percebe-se que a violência tem incidido de forma mais intensa sobre os corpos das mulheres, uma vez que a violência contra elas tem sido recorrente no Brasil e em particular no ambiente universitário, como aponta Bandeira (2017). Com vistas a lidar com tais fatos nas instituições, as mulheres têm se mobilizado em coletivos para denunciar as violências sofridas, não só “denunciar, reagir, mas, sobretudo demandar políticas institucionais de prevenção e de enfrentamento” (Bandeira, 2017, p. 54).

### **Intervenções e novas perspectivas em relação ao trote**

Grande parte das universidades brasileiras não têm políticas estruturadas que visem coibir as violências e particularmente não apresentam estratégias claras e contínuas de prevenção a violências nas recepções de calouros. A entrada de novos estudantes na universidade deve envolver diversos setores e servidores incluindo psicólogos. Conforme salientado nas categorias anteriores, a prática do trote faz parte do contexto universitário. No entanto, tem sido alvo de discussões e proibições. Todavia, o reconhecimento da tarefa de recepção ao calouro não constitui atribuição exclusiva do veterano, e sim de toda a comunidade acadêmica (Martins, 1999).

A prática do trote violento nas universidades tem sido alvo de projetos de lei, visando sua proibição, substituição e criminalização (nos casos em que resultar em morte). Uma das primeiras leis promulgadas no país foi a de nº 10.454, de 20 de dezembro de 1999 (Lei n.10.454, 1999), que proibia o trote que colocasse em risco a saúde e a integridade física dos calouros das escolas superiores. Em 2009, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei n. 1.023, que dispunha sobre a tipificação da prática do trote estudantil como contravenção penal (Projeto de Lei n.1.023, 2009). Em um de seus artigos, a lei determina a proibição da realização do trote que ofenda a integridade física, moral ou psicológica dos novos alunos; importe constrangimento a estes; os exponha, de forma vexatória, e implique pedido de doação de bens ou dinheiro a eles, salvo quando



destinados à entidade de assistência social. Essa lei que visa criminalizar o trote violento, ainda não foi aprovada no Senado.

Em 2015, foi a vez da Câmara Municipal de Presidente Prudente promulgar a Lei n. 8790/2015 que impede a prática de trote universitário e escolar no município (Lei n. 8790, 2015). De acordo com a lei, somente as ações solidárias estão autorizadas, sendo que a instituição de ensino também é responsável por elaborar iniciativas preventivas para impedir a ação direcionada aos calouros. No ano de 2019, por sua vez, a Câmara Municipal de Florianópolis aprovou, por unanimidade, projeto de lei que proíbe o trote universitário nos logradouros públicos daquele município. O projeto visa evitar o constrangimento físico, moral e intelectual dos alunos nas universidades (Lei n. 10.671, 2019).

Diante da complexidade da problemática do trote e de atores envolvidos em sua prática, a análise do que este representa atualmente e a violência com que tem se revestido em algumas universidades, deve levar em consideração o contexto da sociedade brasileira atual, com todas as contradições aí presentes (Tommasino & Jeolás, 2000). Afinal, podemos supor que a mera proibição do trote em suas modalidades violentas, embora “seja uma medida correta, não vai além da superfície de um problema profundo que diz respeito ao modo como nossa sociedade (não) pensa sua relação com a morte, a dor, o sofrimento, a impotência, as desigualdades, as injustiças, a violência” (Tommasino & Jeolás, 2000, p. 153).

Novelli (1999) sustenta que é necessário que a comunidade universitária se empenhe em incorporar o trote às suas atividades e que seja discutido amplamente, “não se pode fazer algo inconsequente, principalmente quando a vida está envolvida. Afinal, como a vida deve ser tratada constitui-se uma questão ética.” (Novelli, 1999, p. 132). Nessa perspectiva, o processo de criação das novas formas de receber calouros deve ser genuíno e pertencer àqueles com quem este estudante vai se relacionar. É de extrema importância a compreensão de sentimentos e percepções de professores e estudantes, com espaços de trocas para que haja discussão acerca dos modelos vigentes, buscando-se o respeito às diferenças (Warth & Lisboa, 1999).

A imprescindibilidade da participação dos agentes educacionais deriva do fato de que àqueles que são favoráveis à manutenção dos trotes descritos contribuem, ainda mais, para aumentar o fosso existente entre a promessa da cultura fundamentada no progresso de uma vida mais humana e sua efetiva realização. Mas as vozes discordantes que indicam

outras alternativas de integração e, portanto, de novas identidades, ainda podem ser escutadas (Zuin, 2002). Paralelamente à participação dos agentes educacionais nas decisões e medidas adotadas frente ao trote, a presença dos pais dos calouros menores de idade nesses espaços de discussão torna-se fundamental, pois os pais de calouros têm manifestado uma preocupação cada vez maior, motivo que tem levado algumas universidades a proibirem o trote tradicional e incentivarem o trote cultural. São preocupações e iniciativas legítimas, na tentativa de enfrentar o problema (Tommasino & Jeolás, 2000).

Na USP, por exemplo, a prática do trote está proibida desde 1999 (Panúncio-Pinto et al., 2019). Ao estabelecer a proibição, a instituição considera que “as práticas violentas são proibidas não só nos limites geográficos dos *campi*, mas em qualquer lugar onde as pessoas estejam reunidas em nome da universidade, ampliando o conceito de ‘ambiente universitário’” (Panúncio-Pinto et al., 2019, p. 553). Universidades de outros estados brasileiros também têm criado legislações para proibir tal prática (Vegini et al., 2019). Além das proibições, que mostram uma preocupação nesses espaços, outras instituições têm buscado alternativas para a integração inicial dos discentes (Albanaes et al., 2014; Caixeta & Sousa, 2013; Damiano et al., 2015; Farina Júnior et al., 2018; Ferreira, 2017; Lima, 2012; Lunardi, 1999; Tommasino & Jeolás, 2000). Essas novas alternativas têm transformado e ressignificado a prática do trote, fazendo com que a própria nomenclatura seja reconfigurada, em vez de “trote” tem-se utilizado “recepção”, “trote solidário” (Vegini et al., 2019).

Costa et al. (2013) salientam que o trote universitário gera conflitos éticos no que se refere ao constrangimento causado aos envolvidos. Por isso, torna-se importante relatar o estudo de Menezes et al. (2017), o qual descreve a elaboração do Código de Ética do Estudante de Medicina da Universidade Estadual de Montes Claros em Minas Gerais. Este código criado serve como ferramenta, com direitos e deveres, para os graduandos no curso. Dentre os artigos presentes no código, há um que se refere ao trote, explicitando que “veda-se ao estudante participar e realizar trote com calouros por meio de coação, agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento que possa acarretar risco à saúde ou à integridade física, psíquica e moral” (Menezes et al., 2017, p. 182). Os autores relatam que construir um código contribui para que os estudantes reflitam sobre

seus atos, por meio de princípios éticos e morais, sempre levando em conta a dignidade e o respeito em relação ao outro.

Albanaes et al. (2014), ao mapear as atividades de acolhimento que ocorrem na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), salientam que a preocupação em criar estratégias de acolhimento aos calouros pode beneficiar as universidades. Entretanto, os autores sustentam que as instâncias de gestão têm pouco conhecimento acerca das atividades realizadas em outras unidades da instituição, sendo que estas não têm informações sobre as práticas dos estudantes. Percebe-se então, a necessidade de planejamento conjunto de toda a instituição sobre as atividades de acolhimento, ações integradas que podem ampliar a adesão de participantes e as dificuldades de operacionalização, duas das queixas que foram apontadas pelos participantes da pesquisa para a realização do acolhimento (Albanaes et al., 2014).

São destacados, ainda, no mesmo estudo, alguns tipos de acolhimento, como: disciplinas introdutórias, palestras informativas aos calouros, recepção aos alunos ingressantes pela coordenação, distribuição de material informativo, atividades sociais desenvolvidas por veteranos, processo de mentoria ou apadrinhamento, realização de atividades culturais e debates sobre questões atuais e locais. Destaca-se que os materiais informativos entregues contêm os serviços disponíveis na universidade, auxílio moradia, auxílio para material didático, bolsa permanência, entre outras informações (Albanaes et al., 2014).

Nessa mesma perspectiva, algumas propostas de intervenções existentes referem-se à criação do Grupo de Apoio ao Primeiranista (GAP), desenvolvido por alunos de Medicina de uma universidade privada do Estado de São Paulo (SP), apoiado por sua direção, que conta com o intuito de amparar e humanizar a recepção aos ingressantes (Damiano et al., 2015). O grupo propõe a realização de reuniões semanais entre participantes (estudantes do primeiro ano), mentores (veteranos) e uma psicóloga institucional, o grupo discute nos encontros diversos temas, dentre eles, respeito, compaixão, resiliência, saúde, trote, violência.

Similarmente, a recepção aos alunos na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) é realizada por meio da Semana do Acolhimento, empreendida uma semana antes do início das aulas, com o intuito de recepcionar os alunos de forma calorosa, produzindo uma acolhida, como um ato de integração e festa. A UFSB proíbe qualquer tipo de trote, optando pelo registro oficial de tal medida em seus documentos formais e no Código de

Ética Estudantil. Também foi feita a instauração de um disque-denúncia, por meio do qual o calouro poderia denunciar às autoridades universitárias os sofrimentos físicos e psicológicos que lhe foram imputados nos trotes, figurando como formas de intervenções. A justificativa para a adoção desse serviço teve por base o argumento de que os calouros que se sentissem agredidos física e psicologicamente poderiam denunciar seus veteranos, sem que corressem o risco de serem identificados e, portanto, marcados pelos alunos mais velhos, pois, se não fosse assim, poderiam se tornar alvo de represálias (Ferreira, 2017).

Uma medida semelhante foi tomada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), que regulamentou a proibição do trote violento em agosto de 1999, instituindo em seu lugar, uma gincana universitária, duas semanas após o início das aulas (Tommasino & Jeolás, 2000). Ainda entre as ações adotadas no que diz respeito ao trote, a conexão (doação de mecha de cabelo) criada entre estudantes e pacientes com câncer permite cultivar a empatia e fortalecer a mudança no estilo do trote nas universidades brasileiras (Lunardi, 1999). Além disso, o projeto “Careca Amiga” foi criado, em 2015, pela Liga do Câncer da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), evento destinado aos calouros com o objetivo de melhorar a empatia e a humanização do estudante frente ao paciente, além de levar apoio às crianças e aos seus familiares (Farina Júnior et al., 2018).

Caixeta e Sousa (2013) relatam a experiência do trote solidário na Faculdade de Tecnologia, do Distrito Federal (DF). O trote em questão acontecia como uma gincana em que os estudantes participavam de cursos de formação acadêmica e profissional, buscando atender demandas de uma comunidade. Estudantes e gestores da faculdade entraram em contato com instituições para concretizar a ação comunitária. Os autores descrevem que o contato “se dava principalmente por meio de visitas sistemáticas à comunidade atendida pelo trote solidário e a empresas e instituições que pudessem contribuir para a execução dos objetivos da gincana que mobilizava o trote” (Caixeta & Sousa, 2013, p. 138).

No ITA, Antipoff (1964) refere que a prática do trote ficou suspensa por dois anos. No entanto, percebeu-se que os estudantes não se integravam, havia uma maior indiferença entre eles e também nenhuma cordialidade. Por isso, foi necessário regulamentar o trote, instituindo normas e prescrevendo penalidades. Uma comissão especial foi constituída para tratar da redação do documento legislador do trote e fiscalizar a execução. Contudo, o que se observa é que o regulamento do trote constitui um

instrumento permitido somente aos veteranos, não se concebendo a sua divulgação no meio dos calouros, pois que assim poderiam eles invocar determinado artigo do mesmo, quando se julgassem ofendidos em seus direitos. Assim, somente conhecem tal regulamento quando eles mesmos passam à condição de veteranos (Antipoff, 1964).

No que tange ao trote nas faculdades médicas e cursos de medicina, sugere-se que a realização de consulta prévia ao trote, visando identificar quem o deseja, sendo especificadas, como num contrato, as condições em que ele será aplicado. Afinal, principalmente em cursos da área da saúde, deve-se saber que tanto na prática profissional quanto na pesquisa com seres humanos é imprescindível o entendimento do que é consentimento (Segre, 1999). Considerando o que evidenciam Lima et al. (2017), é essencial que as escolas de medicina compreendam melhor a prática do trote, com a finalidade de adotar medidas preventivas eficazes, para além da mera proibição, compreendendo o papel ativo das instituições de ensino para pensar em possíveis alternativas. Ademais, além do trote, a violência escolar, o *bullying*, a discriminação social entre universitários, as estruturas pedagógicas e curriculares dos cursos também constituem aspectos que devem ser mais profundamente pesquisados, buscando-se compreender sua influência sobre os jovens e seus efeitos negativos na saúde dos indivíduos (Graner & Cerqueira, 2019).

Na busca por intervenções, a ONU Mulheres, juntamente com outros coletivos, uniu-se no ano de 2015 para assinar a “Carta pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça” (Organização das Nações Unidas, 2015). A intenção da ONU foi dizer não às práticas violentas nos trotes e dar início a um diálogo sobre promoção da equidade de gênero. A Carta retrata sugestões de atividades como: elaboração de campanhas contra o trote violento a fim de que os rituais de passagem valorizem o respeito aos direitos humanos, formação de redes que sirvam de apoio aos estudantes universitários, serviços disponíveis para denúncias, além de comissões que apurem os casos denunciados.

A partir do exposto, torna-se necessário o amplo debate a respeito das violências nas universidades, assinalando a relevância de possíveis mudanças. A compreensão do trote e seus significados para cada instituição é um primeiro ponto de reflexão para que seja possível uma transformação de tal prática (Coltro, 1999). Nesse sentido, questionar a formação é uma questão urgente, posto que as consequências não se restringem ao âmbito do curso, interferindo sobretudo na futura prática profissional dos sujeitos e nas relações interpessoais (Martins, 1999). Novas práticas em relação ao trote podem fazer

parte de um projeto educativo global, sendo necessário difundí-las (Coltro, 1999). Com esta finalidade, Lima et al. (2017, p. 218) salientam a imprescindibilidade de “caminhar na direção de construir um ambiente institucional mais respeitoso com o outro e acolhedor das diferenças, com relações mais horizontais e menos hierárquicas, mais colaborativas e menos competitivas, de projetos e práticas construídos mais coletivamente e menos individualmente”.

Portanto, é importante salientar que a prática do trote violento vem sendo substituída nas universidades, por meio da adoção de outras atividades, tais como a adoção do trote solidário, recepção aos calouros, mudanças essas que passam pela própria forma de nomear as atividades. Nessa forma de recepção, os calouros arrecadam donativos para instituições e ração para animais, doam sangue e prestam serviços comunitários, com o intuito de integrar academia e comunidade, despertar a consciência social, o respeito e a solidariedade. Desse modo, a tradição de trotes violentos vai sendo substituída por outras práticas com contornos positivos, solidários e que valorizam a saúde mental do acadêmico ingressante.

### **Considerações finais**

Tivemos como objetivo compreender os sentidos e as funções do trote universitário para a sociedade brasileira, tomando como base a revisão integrativa composta por artigos científicos publicados no Brasil. Deste modo, os resultados e discussão apresentados podem contribuir para qualificar a prática de profissionais da Psicologia e demais profissionais que se engajam no acolhimento de estudantes. O conteúdo do estudo exposto é inovador, pois trata-se de uma revisão de temática ainda não explorada suficientemente pela referida área, o que demonstra que tal problemática merece um maior aprofundamento não só pela Psicologia como também pelas outras áreas do conhecimento.

A leitura cuidadosa nos levou a identificar que é impossível relacionar as origens das práticas do trote universitário aos seus significados históricos. A gênese dos trotes acadêmicos encontra-se com a criação das universidades europeias na Idade Média e com a hierarquização deste espaço de poder. Enquanto para aqueles oriundos de posição social privilegiada a inserção na universidade era franca e simples, para os camponeses era necessário demarcar esta entrada pelo trote, o qual foi vincado, desde o início,

especialmente pela violência, domesticação, servidão e uso abusivo de drogas (especialmente bebidas alcoólicas).

Observamos que a prática de trotes no contexto brasileiro contou com mortes, mutilações e traumas psíquicos desde o início do século XVII, quando se tem o primeiro registro de morte de estudante em decorrência de trote universitário. Todavia, medidas legais e institucionais para coibir as práticas violentas nos trotes ainda são insuficientes e colocadas em ação com dificuldades.

Como esta prática perdura ao longo dos anos? É pelo sentido da tradição que o trote consegue se manter vivo nas universidades. Em um país como o nosso, marcado pelo colonialismo, pela escravidão e por uma “cosmovisão do liberalismo-individualismo” (Guareschi, 2005, p. 29) – “só não vence quem não se esforça”; “você deve fazer por merecer” – hierarquizar as relações, colocar indivíduos em posições de dominação passa a ser naturalizado e, conseqüentemente, tolerado pela maioria da população. Se hoje o calouro encontra-se na posição de subordinado, ao se submeter ao trote como rito de passagem, abre possibilidades para gradualmente compor o mundo dos dominados. Assim, o trote se converte em um sintoma social, referendado e autorizado pela sociedade a partir da mimetização das relações hierárquicas e do desejo (do calouro) de não mais estar em posição de inferiorizado ou discriminado.

Como nenhuma prática se sustenta (pelo menos em contextos democráticos), se não for reforçada por elementos de positividade, com o trote não seria diferente. Permeado por brincadeiras e jogos, o trote também se constitui como uma fase de integração com a universidade, possibilidade de criação de vínculos com os calouros e os veteranos e um acontecimento representativo de vitória (ou até superação/regeneração) e de alívio ao estresse decorrente das provas de admissão. Podemos dizer, então, que esta revisão integrativa nos mostrou que há mudanças no cenário universitário; ao invés de trotes violentos, encontramos também práticas solidárias e integradoras, o que alimenta a esperança de ambientes acolhedores aos calouros.

Os elementos de positividade estão longe de serem a logomarca da recepção aos calouros. Os estudos revisados alertam para a necessidade de pensarmos criticamente nas conseqüências educacionais, institucionais e psíquicas do exercício da violência neste

contexto. Caso se pretenda uma formação acadêmica ética e humana, uma universidade plural, a reflexão sobre os trotes deve fazer parte do cotidiano estudantil e docente.

Com a revisão integrativa, ficou evidente que as origens históricas dos trotes universitários continuam a marcar os aspectos culturais, socioeconômicos e de gênero envolvidos na prática do trote. Os trotes envolvem diferentes atividades que satisfazem o veterano e o colocam numa posição de comando, podem ter longa duração, cooptando outras atividades durante o mês de entrada dos calouros, são de cunho coletivo ou individual e tendem a se estender para fora do território da universidade.

Observou-se que, em decorrência das ações afirmativas, o perfil dos universitários tornou-se mais heterogêneo e menos elitizado, embora também evidenciou-se que não há um consenso dos pesquisadores no tema no que tange à relação entre trote, classe social e raça, o que em parte, nos parece contraditório haja vista que a maioria dos autores sinalizou para o estabelecimento e perpetuação da hierarquização das relações de poder (calouro x veterano) na prática dos trotes.

Igualmente, ao se levar em conta a classe social dos envolvidos na prática do trote, foram sinalizadas diferenças nas percepções acerca do tipo de violências. A discussão, a agressão física, a venda e o uso de drogas, a ameaça e agressão sexual parecem ser melhor identificadas por jovens de maior poder aquisitivo. Essa percepção nos leva a considerar que a violência, mesmo que pareça generalizada e difundida em todas as camadas sociais, apresenta uma diferença de percepção e tolerância em relação à violência, a depender do meio econômico, social e cultural em que as pessoas estão inseridas. Dessa forma, nos artigos analisados, aparentemente, a violência parece estar mais naturalizada para o jovem pobre do que para indivíduos de classe média e alta.

Outro aspecto que chama a atenção é o percentual significativo de trabalhos acerca da prática de trotes nas faculdades de medicina, o que certamente é justificável, considerando que os cursos de medicina são tomados como aqueles que aplicam a maioria dos trotes violentos. Este aspecto reforça o trote como um sintoma social, revelando que o modelo predominante de sociedade individualista-liberal traz como uma de suas consequências a brutalidade e a negação do outro como sujeito.

A violência, ainda que possa adquirir novos contornos, continua sendo marca deletéria desta prática, e as violências de gênero abordam as relações entre mulheres e homens. Os trotes podem ser caracterizados por uma perspectiva sexista, configurando-se como uma questão de inequidade de gênero. Os homens aplicam mais trote, recebem



menos práticas vindas das mulheres e são retratados positivamente. As práticas dirigidas às mulheres adquirem conotações negativas, sendo geralmente constrangedoras, envolvendo explicitamente exposição do corpo e aspectos da sexualidade, além de serem dirigidas às mulheres jovens. Ainda, pelo lado das mulheres, percebeu-se a negação do trote como uma prática ofensiva, humilhante e agressiva, o que viabiliza a participação delas nas atividades de recepção sem (ou pouca) resistência.

Diversas são as propostas de intervenções pelos estudiosos do tema para prevenir e tratar as consequências psicológicas dos jovens, o que nos conduz a novas perspectivas em relação ao trote nas universidades. Tem-se buscado alternativas para a integração inicial dos calouros e uma ressignificação da prática do trote, inclusive no campo da linguagem - “recepção”, “trote solidário”, trote da cidadania são algumas das expressões visualizadas nesta revisão integrativa.

A partir das ações já consolidadas ou sugeridas pelos autores e das reflexões que fizemos a partir destas ações, evidenciam-se possíveis intervenções/estratégias que podem ser implementadas e adaptadas conforme o contexto de cada instituição, considerando que a mera proibição institucional do trote não é suficiente.

Entre essas medidas interventivas, destaca-se a criação de normativas e resoluções específicas que proíbam qualquer tipo de recepção ao calouro que não seja organizado e reconhecido pelas três instâncias da universidade: gestão, docentes, diretórios de estudantes tanto da universidade como de cada curso universitário. A preparação de “contrato prévio”, no qual conste exatamente os objetivos da recepção, local de realização, e descrição exata das atividades a serem executadas, bem como a instauração de disque-denúncia, por meio do qual o calouro, e qualquer pessoa, possa denunciar os sofrimentos físicos e psicológicos que lhe sejam imputados nos trotes.

Sugere-se, também, a elaboração do Código de Ética do Estudante com vistas a assegurar, dentro de valores relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade, diretrizes de conduta que contribuam para o acolhimento ético dos novos estudantes. Neste Código, torna-se pertinente explicitar as diferentes funções dos estudantes, tanto de veteranos quanto de calouros, a fim de que compreendam a inserção na instituição como um momento de recepção e de um reconhecimento do outro a partir de um olhar cuidadoso e acolhedor. A coibição das diversas formas de violência, opressão, discurso de ódio, intolerância, racismo, xenofobia, *bullying*, também deve ser considerada, enquanto elemento importante deste código, sobretudo no que tange ao trote universitário

violento, sendo apontadas possíveis alternativas ao mesmo. Ademais, o desenvolvimento de dispositivos de comunicação entre as instâncias de gestão e corpo docente, tornando as ações de recepção visíveis a todos e o planejamento conjunto e integrado das atividades de acolhimento por parte de todos os docentes, coordenadores de curso e veteranos tornam-se medidas importantes.

Estratégias como a disponibilização e otimização de recursos para a recepção, coibindo a coleta de recursos financeiros pelos próprios calouros e criação de gincanas universitárias que envolvam ações solidárias e/ou visita a (futuros) espaços de trabalho, como hospitais, empresas, escolas que possam reverter positivamente ao bem comum da sociedade, também constituem alternativas possíveis. Também se encontra viabilidade interventiva na concepção de espaços durante o período de recepção para reflexão sobre problemáticas que atravessam historicamente a prática do trote, tais como morte, sofrimento psíquico, relações de dominação, *bullying*, violências de gênero, racismo e ações afirmativas. Nesse sentido, infere-se a disponibilização de grupos de apoio psicológico tanto para os estudantes quanto para os professores, ao longo da atividade de recepção e no período a seguir, assim como a mentoraç o individual dos calouros sempre por pares (madrinha e padrinho) e por turmas por pares de professores.

Sugere-se o desenvolvimento de um portal de transparência dos trotes, com interface interativa, dirigido à comunidade em geral e contendo informações específicas aos familiares dos calouros e o estabelecimento de parcerias para construção de projetos interinstitucionais que investiguem os trotes universitários, atentando para as interseccionalidades entre os sistemas hierárquicos de poder (geração, gênero e raça/etnia). Por fim, enquanto limitação desse estudo, salienta-se a realização de uma revisão de literatura somente com artigos de estudos brasileiros, revelando aspectos referentes a apenas uma realidade. Estudos relativos à temática do trote universitário em diferentes contextos mostram-se pertinentes. Ademais, percebe-se a escassez de pesquisas sobre a temática do trote e da violência dentro das instituições de ensino superior, por isso, sugere-se novos estudos de escopo geográfico maior a fim de ampliar a compreensão acerca do tema e prevenir as práticas violentas nas relações estabelecidas nos trotes universitários.

### Referências

Albanaes, P., Bardagi, M. P., Luca, G. G. de, & Girelli, S. (2014). Do trote à mentoria: levantamento das possibilidades de acolhimento ao estudante universitário. *Revista*

- Brasileira de Orientação Profissional*, 15(2), 143-152. Recuperado em 16 de abril de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902014000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000200005&lng=pt&tlng=pt)
- Allan, E. J., Kerschner, D., & Payne, J. M. (2018). College Student Hazing Experiences, Attitudes, and Perceptions: Implications for Prevention. *Journal of Student Affairs Research and Practice*, 56(1), 32-48. <https://doi.org/10.1080/19496591.2018.1490303>
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: Stevens, C., Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (Orgs.) *Mulheres e violências: interseccionalidades* (pp. 384-399). Brasília, DF: Technopolitik.
- Akerman, M., Conchão, S., Boaretto, R. C., Fonseca, F. L. A., & Pinhal, M. A. (2012). Revelando fatos, sentidos, afetos e providências sobre o trote em uma faculdade de medicina: narrativa de uma experiência. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 36(2), 249-254. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000400014>
- Akerman, M., Scalisa, F. & Akerman, J. (2015). Para enfrentar os trotes e violências nas universidades: o que falta? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(54), 421-425. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0426>
- Antipoff, D. (1964). Aspectos psicológicos e características gerais do trote no Instituto Tecnológico de Aeronáutica. *Arquivos Brasileiros De Psicotécnica*, 16(1), 75-103. Recuperado em 07 de maio de 2020, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14965/13864>
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *Gênero*, 17(2), 49-79. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>
- Caixeta, J. E., & Sousa, M. A. de. (2013). Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), 133-140. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100014>
- Campo, S., Poulos G., & Sipple, J.W. (2005). Prevalence and profiling: hazing among college students and points of intervention. *American Journal of Health Behavior*, 29(2), 137-49. <https://doi.org/10.5993/AJHB.29.2.5>
- Coltro, M. (1999). Trote e cidadania. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 135-136. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200017>
- Conceição, L. de S., Batista, C. B., Dâmaso, J. G. B., Pereira, B. S., Carniele, R. C., & Pereira, G. dos S. (2019). Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 24(3), 785-802. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300012>
- Costa, S. de M., Dias, O. V., Dias, A. C. A., Souza, T. R. de, & Canela, J. dos R. (2013). Trote universitário: diversão ou constrangimento entre acadêmicos da saúde? *Revista Bioética*, 21(2), 350-358. <https://dx.doi.org/10.1590/S1983-80422013000200019>

- Damiano, R. F., Santos, A. G., Pereira, M. A. D., & Santos, R. M. (2015). O Primeiro Ano do Grupo de Apoio ao Primeiranista. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(2), 302-309. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n2e02272013>
- Estanque, E. (2017). A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociologia & Antropologia*, 7(2), 429-458. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v725>
- Farina Júnior, M., Oliveira, T. R. D. R., Pacini, G. S., Hanemann, T., Coelho, F. L., Mattos, M. O. T., & Rosa, R. F. M. (2018). “Careca amiga”: Uma nova perspectiva de trote na universidade. *Revista Brasileira De Extensão Universitária*, 9(1), 1-5. <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2018v9i1.5244>
- Ferreira, S. A. S. (2017). Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(2), 291-307. <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i2.7757>
- Finkler, M., Caetano, J. C., & Ramos, F. R. S. (2012). O cuidado ético-pedagógico no processo de socialização profissional: por uma formação ética. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16(43), 981-993. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000046>
- Giarola, L. C. (1999). Trote na universidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 127-128. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200013>
- Godinho, C. C. P. S., Trajano, S. S., Souza, C. V., Medeiros, N. T., Catrib, A. M. F., & Abdon, A. P. V. (2018). A violência no ambiente universitário. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(4), 1-8. <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2018.8768>
- Graner, K. M., & Cerqueira, A. T. A. R. (2019). Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1327-1346. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>
- Guareschi, P. (2005). *Psicologia social crítica como prática da libertação*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Jorge Filho, I. (2014). O “trote” e a responsabilidade ética dos futuros médicos. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 41(3), 147-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912014000300001>
- Kelly, L., & Radford, J. (1987). The problems of men: Feminist perspectives on sexual violence. In: Scraton, P. (ed.) *Law, Order and the Authoritarian State: Readings in Critical Criminology*. (pp. 237-253). Milton Keynes: Open University Press.
- Lei n. 10.454 (1999). Dispõe sobre a proibição de trote que possa colocar em risco a saúde e a integridade dos calouros das escolas superiores, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, São Paulo, Poder Executivo, v. 109, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 3. <https://www.al.sp.gov.br/norma/8735>

- Lei n. 10.671 (2019). Dispõe sobre o trote universitário que possa colocar em risco a saúde ou integridade física dos alunos nos logradouros públicos do município de Florianópolis. Florianópolis, SC. <http://www.cmf.sc.gov.br/legislacao>
- Lei n. 8790 (2015). Veda a prática de trote universitário e escolar no Município de Presidente Prudente. Autor: Vereador Adilson Regis Silgueiro. São Paulo, Presidente Prudente. <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=24544>
- Lima, M. C. P., Ramos-Cerqueira, A. T. A., Dantas, C. L., Lamardo, J. R., Reis, L. E. C., & Torres, A. R. (2017). O Trote e a Saúde Mental de Estudantes de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(2), 210-220. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2rb20160025>
- Lima, M. C. P. (2012). Sobre trote, vampiros e relacionamento humano nas escolas médicas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 36(3), 407-413. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000500016>
- Lunardi, L. (1999). Em uma Universidade Pública... calouros... e trote. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 133-134. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200016>
- Marin, J. C., Araújo, D. C. S., & Espin Neto, J. (2008). O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(4), 474-481. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000400010>
- Martins, S. T. F. (1999). Sobre trote e violência. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 129-130. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200014>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Meneghel, S. N. (2019). Será a universidade imune às discriminações sociais? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e190577. <https://doi.org/10.1590/interface.190577>
- Menezes, M. M., Amaral, F. R., Rocha, C. U., Ribeiro, C. R., Maia, L. C., Sampaio, C. A., & Costa, S. de M. (2017). Elaboração coletiva do código de ética do estudante de medicina. *Revista Bioética*, 25(1), 179-190. <https://doi.org/10.1590/1983-80422017251179>
- Michaelis (2020). Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [online]. São Paulo: Melhoramentos. Recuperado em 08 de maio de 2020, de <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=trote>
- Moreno, P. F., & Soares, A. B. (2014). O que vai acontecer quando eu estiver na universidade?: Expectativas de jovens estudantes brasileiros. *Aletheia*, (45), 114-127.

- Recuperado em 16 de abril de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942014000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000200009&lng=pt&tlng=pt)
- Nadai, M. (2019). *Quais foram os trotes mais cruéis do Brasil?* Revista Super Interessante. Recuperado em 06 de fevereiro de 2020, de <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-foram-os-trotes-mais-cruéis-do-brasil/>
- Novelli, P. G. A. (1999). A ética do trote. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 131-132. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200015>
- Nuwer, H. (2015). Hazing in Fraternities and Sororities. In *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2nd ed., v. 10, 554-561. <http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.64092-8>
- Organização das Nações Unidas. (2015). Carta pelo Fim do Trote Violento contra Gênero e Raça. Brasília: 6 de fevereiro de 2015. Recuperado em 05 de março de 2020, de [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/carta\\_trotes.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/carta_trotes.pdf)
- Panúncio-Pinto, M. P., Alpes, M. F., & Colares, M. de F. A. (2019). Situações de Violência Interpessoal/Bullying na Universidade: Recortes do Cotidiano Acadêmico de Estudantes da Área da Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43(1, Supl. 1), 537-546. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190060>
- Projeto de Lei n. 1.023 (1995). Dispõe sobre as atividades de recepção aos novos alunos nas instituições de ensino. Autor: deputado Feu Rosa. Câmara dos Deputados. [Internet]. 8 set. 1995. <http://www.antitrote.org/artigos/?id=29>
- Ribeiro, R. J. (1999). O trote como sintoma: a dor de lidar com a dor alheia. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 153-160. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200020>
- Segre, M. (1999). Trote violento contra calouros universitários. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 121-122. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200011>
- Siqueira, V. H. F. de, Fonseca, M. C. G. da, Sá, M. B. de, & Lima, A. C. M. (2012). Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. *Pro-Posições*, 23(2), 145-159. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200010>
- Tommasino, K., & Jeolás, L. S. (2000). O trote como um ritual de passagem: o universal e o particular. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 5(2), 29-49. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n2p29>
- Vasques, A. M., Portuguese, M. W., Radaelli, G., & Gomes, R. (2018). Avaliação cognitiva de condutores automotivos idosos: revisão integrativa. *Psico, Porto Alegre*, 49(1), 94-100. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2018.1.27446>

- Vegini, N. M. K., Ramos, F. R. S., & Finkler, M. (2019). Representações sociais do trote universitário: uma reflexão ética necessária. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 28, e20170359. <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2017-0359>
- Villaça, F. M., & Palácios, M. (2010). Concepções sobre assédio moral: bullying e trote em uma escola médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 34(4), 506-514. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022010000400005>
- Warth, M. P. T. N., & Lisboa, L. F. (1999). Tradição, trote e violência. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 3(5), 111-118. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831999000200010>
- Whittemore, R., & Kathleen, K. (2005). The integrative review: Updated methodology. *Journal of advanced nursing*, 52(5), 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>
- Zuin, A. A. S. (2002). O Trote no curso de pedagogia e a prazerosa integração sadomasoquista. *Educação & Sociedade*, 23(79), 243-254. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300012>
- Zuin, A. A. S. (2011). Trote Universitário como Violência Espetacular. *Educação & Realidade*, 36(2), 587-604. Recuperado em 07 de maio de 2020, de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13132/12929>

Recebido em: 27/05/2020

Aceito em : 15/10/2020